

RIO DE JANEIRO

ANDERSON JUSTINO  
anderson.justino

Reviravolta na Educação do Rio. A Justiça do Rio, por intermédio do Plantão Judiciário, acatou o recurso da Prefeitura do Rio e decidiu liberar o retorno das aulas presenciais nas creches e escolas públicas e particulares do município. A nova liminar foi assinada pelo presidente do TJRJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira. A Secretaria Municipal de Educação informou que a retomada presencial pode ser feita de forma imediata e autorizou que os colégios particulares abrissem já na tarde de ontem. As 419 escolas e creches da prefeitura retomam hoje as atividades presenciais.

O retorno ocorreria na segunda-feira, mas decisão da Justiça, publicada na noite anterior, suspendeu a volta em liminar assinada pelo juiz Roberto Câmara Lace Brandão, também do Plantão Judiciário, que acolheu ação popular de vereadores e deputados estaduais. Na segunda, a juíza Georgia Vasconcellos da Cruz manteve a suspensão que foi derrubada ontem pelo presidente do TJ.

Figueira pontuou que “todas as escolas seguem o sistema de rodízio (...), mantendo distanciamento e os devidos cuidados pertinentes, também continuando com aulas através da via remota”.

O Sepe protestou e reafirmou que os professores da cidade do Rio estão em greve. Salientou que a entidade nunca foi procurada pela secretaria para debater o retorno presencial.

“Eles falam que o retorno é para preservar a saúde mental das crianças. Como fica a saúde mental dos profissionais da área da Educação? Muitos pegam condução lotadas. Tem muita gente assustada com o número de mortes que só aumenta. A vacina já está aí, não custa aguardar mais um pouco”, disse Dione Lins, coordenadora-geral.

Em nota, o sindicato dos professores de escolas particulares do Rio criticou a volta às aulas. “O Sinpro-Rio lamenta que, mais uma vez, a preservação da vida tenha ficado em segundo plano em detrimento do lucro, manifestada na decisão do presidente do Tribunal de Justiça que, de forma rápida e oportuna, atuou em derrubar a liminar que proibia a reabertura das escolas no momento mais crítico da pandemia no Rio de Janeiro”.

DESEMBARGADOR

Associação apoia decisão

O presidente da Associação Nacional de Desembargadores (Andes), Marcelo Buhatem, avaliou como correta a decisão do presidente do TJ-RJ em liberar o retorno das aulas presenciais nas creches e escolas públicas e particulares do município. De acordo com a associação, a nova liminar corrige “excesso provocado por um ativismo judicial exacerbado”. Buhatem observa que têm sido frequente limitações de juízes contra decisões de prefeitos e governadores em manter medidas flexibilização na pandemia. Ele lembra que o próprio Supremo Tribunal Federal já se pronunciou que cabem ao prefeito e ao governador decidirem sobre esse tema.



O retorno ocorreria na segunda-feira, mas decisão da Justiça, publicada na noite anterior, suspendeu a volta

NOVA LIMINAR GARANTE AULA PRESENCIAL NO RIO

Em mais um capítulo da disputa judicial, agora quem levou a melhor foi a prefeitura. Segundo município, retorno de 419 escolas acontece hoje



IMAGEM INTERNET

Liminar garante retorno das atividades presenciais nas escolas públicas e particulares

As escolas são espaços de convívio coletivo e são, portanto, espaços mais suscetíveis ao contato”  
DEP. FLÁVIO SERAFINI

Outras cidades já organizam atividades

Com a derrubada da liminar que impedia às voltas aulas presenciais no Rio, outros municípios da Região Metropolitana organizaram as atividades escolares. Em Nova Iguaçu, por exemplo, a prefeitura informou que as aulas ocorrem somente de forma remota e que só voltarão a ser presenciais quando todos os profissionais da Educação estiverem vacinados. Em Nilópolis, o município divulgou que deve se adequar a várias medidas de segurança para conter o avanço da covid-19. Segundo a prefeitura, a Secretaria de Educação está liberada para elaborar plano de retomada das escolas presenciais, com ocupação de 25%. Nos colégios particulares, a reabertura aconteceu na segunda-feira com 25% da ocupação. Em Caxias, as aulas na rede pública começaram em 8 de fevereiro. A prefeitura esclareceu que as atividades acontecem de forma presencial e seguem medidas de prevenção ao novo coronavírus. São Gonçalo afirmou que as escolas públicas e privadas estão com aulas remotas e que no fim dessa semana, a situação será reavaliada.

Em Niterói, as aulas da rede municipal são remotas nesta próxima semana, entre dias 5 e 10 de abril, com aulas gravadas e ao vivo, vídeo, chat e cadernos pedagógicos. As escolas passam por sanitização e reorganização de espaços. São João de Meriti optou pelas aulas remotas. O retorno presencial depende da redução da bandeira de roxa para ao menos laranja, o que não tem data para acontecer. Belford Roxo informou as aulas são remotas. A previsão é que as presenciais voltem em 12 de abril.

Em Niterói, as aulas da rede municipal são remotas nesta próxima semana, entre dias 5 e 10 de abril, com aulas gravadas e ao vivo, vídeo, chat e cadernos pedagógicos. As escolas passam por sanitização e reorganização de espaços. São João de Meriti optou pelas aulas remotas. O retorno presencial depende da redução da bandeira de roxa para ao menos laranja, o que não tem data para acontecer. Belford Roxo informou as aulas são remotas. A previsão é que as presenciais voltem em 12 de abril.

OUTRA DERROTA PARA PROFESSORES

Profissionais da Educação fora do grupo prioritário de vacinação

Outro revés para profissionais da Educação. Ontem também, o TJ determinou a alteração da ordem dos grupos prioritários de vacinação contra covid-19 no Rio. Com a liminar, apenas profissionais de Segurança, salvamento e Forças Armadas envolvidos diretamente no combate ao coronavírus farão parte do grupo. Assim, a decisão suspendeu imunização de profissionais da Educação da prioridade. A Justiça determinou que o governo do estado apresente cronograma que estabeleça ordens de preferência das categorias para que sejam vacinadas em conjunto com grupos prioritários, como idosos e profissionais da Saúde. “Como se observa, os grupos contemplados expressam um quantitativo significativo de pessoas que,

sem a divisão em subgrupos de prioridade, terá o potencial impacto de colapsar a vacinação de grupos outros preferenciais. A adoção de subgrupos, além de possibilitar um melhor provisionamento na aplicação da vacina, dada a quantidade insuficiente de doses, permite que não haja a mitigação na vacinação do grupo de pessoas vulneráveis. A concorrência eventual de outros grupos prioritários não pode levar a supressão, ou diminuição significativa que implique na preterição de grupos vulneráveis, que contam com proteção legal e preferência na gradação prevista no PNI”, afirma a decisão. Na última semana, o governador anunciou o plano de imunização conjunto. PMs, bombeiros militares e os profissionais da Educação foram vacinação.

INSISTIR EM MEDIDAS DE RESTRIÇÃO

Deputado tentará derrubar liminar

O deputado estadual Flavio Serafini (PSOL) afirmou, ontem que vai recorrer da decisão do TJRJ que liberou retorno às aulas presenciais nas creches e escolas públicas e particulares do município do Rio. “Enquanto a gente estiver em bandeira roxa, têm que ser adotadas as medidas de restrição. Fechar as aulas presenciais nas escolas é uma dessas medidas. Estou me dedicando a isso porque as escolas são espaços de convívio coletivo e são, portanto, espaços mais suscetíveis ao contato”, afirmou em transmissão ao vivo no Facebook.

Serafini criticou o posicionamento do governador em exercício do Rio, Cláudio Castro, e de prefeitos de municípios fluminenses. Para o deputado, o discurso de que estão sendo abertos novos leitos, como anunciado pelo na semana passada, não garante a segurança necessária para o retorno das aulas presenciais. “Hoje, no Rio, faltam medicamentos para abrir novos leitos. A gente tem unidades hospitalares tendo que fechar leitos porque não têm medicamentos para manter os leitos funcionando”, disse